



Jornal da

ABRAME

Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas - ABRAME - Abril/2002 - Nº 03

ABRAME nas Universidades

Cumprindo as disposições estatutárias, a ABRAME passará a implementar um programa de conferências em Faculdades de Direito de todo o País, que contará com a participação de magistrados e professores espíritas de todos os Estados.

A coordenação nacional caberá à Ministra Fátima Nancy Andrighi, Presidente do Conselho Deliberativo da ABRAME, por unânime apro-

vação da Diretoria e dos Delegados reunidos em Brasília, no último dia 6 de abril.

Espera-se que, em breve, esse importante trabalho de divulgação atinja uma grande parcela do meio universitário para o que, temas de alta relevância, abordados à luz da Doutrina Espírita, certamente contribuirão para o despertamento da consciência acadêmica.



Ministra Fátima Nancy Andrighi coordenará o programa de conferências

Adiado o Segundo Encontro Nacional

Em virtude da coincidência das próximas eleições com a data do Segundo Encontro Nacional dos Magistrados Espíritas, que estava previsto para acontecer de 20 à 22 de setembro, o evento foi adiado para o próximo ano,

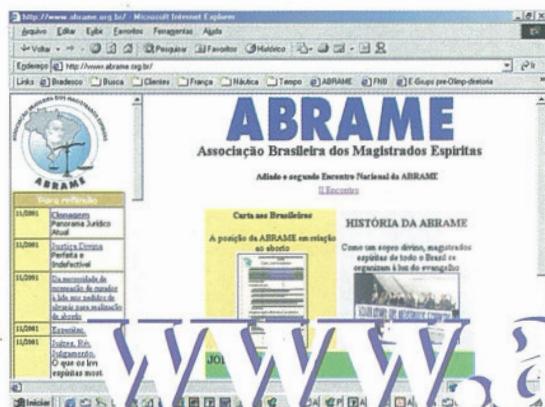
para os dias 2, 3 e 4 de maio.

Muitos Juízes de Direito não poderiam se afastar das suas comarcas por causa das próximas eleições. Haveria, assim, um risco de esvaziamento do Encontro.

O Conclave realizar-se-á, em Belo Horizonte como programado anteriormente. Ficaram mantidas as mesmas comissões já designadas.

Assembléia Geral será em novembro

A Assembléia Geral Ordinária da ABRAME será no dia 10 de novembro de 2002, às 12h00. No dia anterior (9), acontecerá a reunião da Diretoria, às 19h00. Ambas serão na sede da Federação Espírita do Distrito Federal.



Nosso site já está no ar

Pág.12

www.abrame.org.br

LEIA TAMBÉM

Exemplo de vida

A luminosa trajetória do Colega Flair Carlos de Oliveira Armam. Pág. 2

Violência

Caminhos para erradicá-la. Pág.3

Futuro do Direito

O que a Doutrina Espírita poderia fornecer de contribuição para o Direito dos encarnados.

Pág.4

Aborto Criminoso

Lição preciosa encontra-se na obra notável do Espírito André Luiz, psicografada por Francisco Cândido Xavier.

Págs. 6 e 7

A missão do juiz

Conselhos quase paternais que servem de roteiro luminoso a todos os Juízes.

Págs. 8 e 9

Os magistrados e a Doutrina Espírita

Allan Kardec enaltecia o fato de um importante magistrado francês ter aderido, publicamente, ao Espiritismo. Pág.12

Exemplo de vida

A luminosa trajetória do Colega Flair Carlos de Oliveira Armam que, em sua curta estada no plano físico, deixou um verdadeiro rastro de luz e um exemplo a ser seguido por todos os juizes

Depoimento de Edson Raszl

Tive oportunidade de conhecê-lo quando fui transferido para a cidade de Suzano, próxima à São Paulo, como funcionário do Banco do Estado de São Paulo.

Ao passar a frequentar uma Casa Espírita, onde o mesmo participava, fomos, eu e minha esposa, convidados pelo Dr. Flair, que era o Juiz da Comarca, a integrar um trabalho de recuperação de presidiários, formado por católicos, protestantes e espíritas, sob sua liderança.

Além das visitas que fazíamos regularmente aos presidiários, os mesmos ainda tinham o acompanhamento de psicólogas e assistentes sociais, com prolongamento de assistência e orientação às famílias dos presos.

Graças aos seus esforços, o Conselho Carcerário, através do qual fazíamos esse trabalho, montou uma cozinha industrial, onde trabalhavam muitos presidiários com direito a Albergue, que fornecia refeições às cadeias e presídios da região e às diversas empresas. Em terreno contíguo ao presídio fez construir uma fábrica de blocos de cimento, local em que trabalhavam outros presos, muitos ainda sem aquele direito.

Interessava-se muito pela recuperação daqueles homens, determinando inclusive exames para definição da idade de alguns deles, que sequer tinham registro de nascimento.

Para crianças, filhos e filhas de presidiários que se achavam abandonados, organizou um internato para abrigá-los e dar-lhes educação.

Algum tempo após o recebimento do título de cidadão suzanense, transferiu-se para a cidade de Taubaté onde, infelizmente não teve tempo de fazer um trabalho mais profundo, pois veio a desencarnar logo após, em consequência de antigo e pertinaz problema no aparelho digestivo.

Graças aos seus esforços, o Conselho Carcerário montou uma cozinha industrial, onde trabalhavam muitos presidiários com direito a Albergue, que fornecia refeições às cadeias e presídios da região e a diversas empresas. Fez, também, construir uma fábrica de blocos de cimento, local em que trabalhavam outros presos.

EXPEDIENTE

Presidente

Zalmino Zimmermann

Vice-Presidentes

Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite
Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias

Weimar Muniz de Oliveira

Antonio Mazzuca

Primeira Secretária

Maria Isabel da Silva

Segundo Secretário

João da Matta e Silva

Primeiro Tesoureiro

Mário Motoyama

Segunda Tesoureira

Sandra Nara Bernardo Silva

Diretor de Comunicação

Marco Antonio da Silva Lemos

Conselho Deliberativo

Milton de Moura França	Brasília
Fátima Nancy Andrighi	Brasília
Matias Washington Oliveira Negry	Goias
Elmo de Lima	Goias
Carlos Humberto de Souza	Goias
Mônica Autran Machado Nobre	São Paulo
Marcelo Souza Aguiar	São Paulo
Jayme Martins de Oliveira Neto	São Paulo
Alécio Antonio Tamiozzo	Mato Grosso do Sul
Gerval Bernardino de Souza	Mato Grosso do Sul
Bady Raimundo Cury	Minas Gerais
José Guido de Andrade	Minas Gerais
Ely Barbosa	Rio De Janeiro
Benito Alcântara de Figueiredo	Bahia
Jocy de Oliveira Celestino	Espirito Santo

Suplentes

Getúlio Vargas de Moraes Oliveira	Brasília
Maria Piedade Bueno Teixeira	Brasília
Antonio Vital R. de Vasconcelos	Brasília
Silvânio Barbosa dos Santos	Brasília
Lila Pimenta Duarte	Brasília

Conselho Fiscal

Luciano Moreira Vasconcellos	Brasília
Renato Rodovalho Scussel	Brasília
Solange Salgado da S. R. de Vasconcelos	Brasília

Suplentes

Giselle Rocha Raposo	Brasília
Juarez Siqueira	Goias
Ilma Vitorio Rocha	Goias

Delegados

Alagoas
Hamilton Carneiro
Celyrio Adamastor Tenório Accioly
Amapá
Honildo Amaral de Mello Castro
Romell Araújo de Oliveira
Amazonas
Eulaide Maria Vilela Lins
Lia Maria Guedes de Freitas
Bahia
Rosemeire Lopes Fernandes
Mirella Mendes Grassi Muniz
Ceará
Danilo Fontenelle Sampaio
Agapito Machado
Espirito Santo
Rozenêa Martins de Oliveira
Janete Pantaleão Alves
Goias
Luiz Eduardo de Souza
Stenka Isaac Neto
Mato Grosso
Jorge Luiz Tadeu Rodrigues
Clárice Claudino da Silva
Mato Grosso do Sul
Hildebrando Coelho Neto
Ruy Celso Barbosa Florencia
Minas Gerais
Roberto de Freitas Messano
Bráz Moreira Henriques
Pará
Marta Inês Antunes Jadão
José Torquato Araújo de Alencar
Paraná
Clayton Reis
Noeval de Quadros
Pernambuco
Luiz Carlos Freitas Medeiros
Oreide Roselia Nascimento Silva
Piauí
Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho
Rio de Janeiro
Jadiel João Baptista de Oliveira
Marcos de Oliveira Cavalcante
Rio Grande do Sul
Marta Lúcia Ramos
Vilson Daros
Rondônia
Zelite Andrade Carneiro
Alexandre Miguel
Santa Catarina
Norberto Ungaretti
Nelson Juliano Schaefer Martins
São Paulo
José Carlos de Lucca
Ademir Modesto de Souza

Jornalista responsável

Ivan Marinovic Brscan
Registro profissional 1634/09/58/DF

Sede

SRTVnorte - Quadra 701 - Conj. C - B.L.B - Sl 120
70710-220 - Brasília-DF
Tel (0XX61) 3281988 telefax: (0XX61) 328 4629
abrame@terra.com.br

ABRAME tem, atualmente, em seus quadros

290 associados

VIOLÊNCIA

Caminhos para erradicá-la

Não é tarefa fácil diagnosticar as causas da violência. Cientistas sociais têm se debruçado sobre o assunto e encontram diversas razões para o problema que toma conta não só do Brasil mas de todo o planeta.

Sociólogos apontam como causa a fragilidade do tecido social. Um bilhão de pessoas no mundo (um sexto da população mundial) vivem na miséria, abaixo da linha da pobreza como dizem. Nem pobres são considerados; são miseráveis, párias. No Brasil, para se ter uma idéia, cinquenta mil crianças vivem das sobras do lixo, exatamente da comida que saiu da nossa mesa indiferente. Temos em nosso país mais de trinta milhões de miseráveis. Se há miséria é porque ainda não aprendemos o sentido da fraternidade. Pensamos apenas em nosso estômago e esquecemos que o próximo

Se há miséria é porque ainda não aprendemos o sentido da fraternidade. Pensamos apenas em nosso estômago e esquecemos que o próximo também tem as mesmas necessidades que as nossas

também tem as mesmas necessidades que as nossas.

Psicólogos esclarecem as causas que levam o indivíduo à criminalidade: ego fraco, desejo de lucro imediato, carência afetiva, necessidade de notoriedade e insensibilidade moral. Mais do que nunca precisamos levar a sério a inscrição colocada sobre o Templo de Apolo, em Delfos: *Conheça-te a ti mesmo**

Educadores elegem a desagregação familiar como pilastra maior da violência. Sesenta milhões de abortos são praticados anualmente em todo o mundo. O número de casamentos diminui todos os dias e em con-

" A violência é doença da alma, que a sociedade permitiu se contaminasse "

Joanna de Ângelis

trapartida cresce o número de separações judiciais. A família, muitas vezes, vem sendo relegada a plano secundário, não sem desastrosos prejuízos para todos. Curiosamente, entretanto, queremos paz no mundo com lares desajustados. Desejamos uma sociedade pacífica, mas somos violentos dentro do lar. Não podemos esquecer que o relaxamento dos laços de família trará como terrível consequência o agravamento do egoísmo no orbe terreno, conforme nos advertiram os Espíritos da Codificação*. E quanto mais egoísta for a sociedade, quanto mais competitiva ela for, mais violenta será. Precisamos trocar a idéia de competição onde uns ganham e outros perdem, pela idéia de cooperação onde todos ganham.

Se bem analisarmos, iremos constatar que a violência está erradicada em nossa alma, como bem apontou Joanna de Ângelis, espírito. Porque somos emocionalmente frágeis, agimos basicamente por instinto, vivemos um automatismo psicológico de autodefesa, em processo consciente de agressão. Sem controle dos nossos instintos, jamais seremos felizes, jamais teremos paz. Não foi por outro motivo que Jesus, o Príncipe da Paz, asseverou que felizes seriam os pacíficos, os mansos. De outro lado, sem compaixão pelo próximo jamais viveremos numa sociedade fraterna. Por essa razão, Jesus, o Homem Solidário por excelência, apontou o Amor como a Lei mais importante das nossas vidas. E hoje a ciência, dobrando-se ao Evangelho, comprova que Jesus sempre esteve coberto de razão. A Mensagem do Cristo não é mera lição de moral, mas embasamento científico e seguro de uma vida feliz na plano individual e coletivo. Numa síntese lapidar, Daniel Goleman, famoso psicólogo americano, apontou: *E se há duas posições morais que nossos tempos exigem são precisamente estas, autocontrole e piedade**. Isso não seria puro

evangelho?

Nestes tempos turbulentos, de homens que matam em nome de Deus, conclamamos os espíritas a sermos os homens que amam, aqueles que compreendem que o ser humano é coisa sagrada (*res sacra homo*). Não precisamos de homens-bomba, porque poderemos ser os homens que amam, que só explodem de ternura e compaixão, que apenas implodem o preconceito interior e a intolerância com aqueles que são diferentes do que nós.

Para Edgar Morin, um dos maiores filósofos da atualidade, é vital o desenvolvimento de um sentimento de compreensão



por José Carlos de Lucca
São Paulo

Curiosamente, entretanto, queremos paz no mundo com lares desajustados. Desejamos uma sociedade pacífica, mas somos violentos dentro do lar

mútua entre as pessoas, sem a qual as relações humanas jamais sairão de seu estado primitivo. Ele propõe, em suma, uma educação para a paz, fundada no desenvolvimento do sentimento da compreensão recíproca entre os homens*. Por acaso, no evangelho encontramos coisa diversa?

Por isso, merece inteira e urgente consideração a proposta que Joanna de Ângelis nos faz e que bem poderia servir de meta para cada um de nós neste milênio que ainda se inicia: *Oxalá vicejem nas mentes os sentimentos de responsabilidade pelo próximo, de solidariedade pelo vizinho, de respeito pelo cidadão, de construtor do futuro, e a violência cederá lugar à mansuetude, à pacificação**.

Isso é conosco !

* v. Questão n. 919, Livro dos Espíritos.

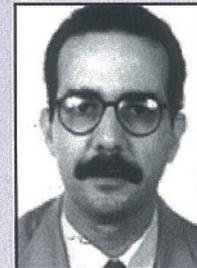
* Questão n. 775, Livro dos Espíritos.

* Inteligência Emocional, 7ª ed., Objetiva, p. 12.

* Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro, Cortez Editora.

* O Despertar do Espírito, psicografia de Divaldo P. Franco, Leal Editora.

O futuro do direito



Luiz Guilherme Marques*
Juiz de Direito
da 2ª Vara Cível de
Juiz de Fora-MG

Nos anos todos em que vimos trabalhando como operador do Direito sempre pensamos sobre o seguinte tema:

o que a Doutrina Espírita poderia fornecer de contribuição para o Direito dos encarnados

Pesquisamos em livros espíritas e refletimos sobre o assunto até que concluímos o seguinte.

Sabe-se que o Direito dos países que antecederam a Roma antiga (aí se computando a própria Grécia antiga) era primário e pouco contribuiu para se chegar ao que é hoje o Direito moderno.

É unanimemente reconhecido que a Roma antiga foi o verdadeiro berço do Direito na sua feição mais importante.

O Direito Romano significou e significa tanto que até hoje mantemos muitos institutos criados naqueles séculos recuados da História humana, evidentemente com algumas modificações ou acréscimos devidos principalmente à influência dos povos germânicos.

Creemos que, em importância, somente se compara ao Direito Romano, nos últimos tempos, a legislação napoleônica, principalmente o famoso e ainda em vigor *Code Civil*, editado em 1804, na França, que foi a base de todas as legislações mais avançadas dessa época para cá.

Entretanto, o Direito desses séculos, inclusive o da nossa época, ainda se ressentem da pouca influência das idéias humanísticas mais avançadas, que somente se-

rão comuns nos séculos que ainda viveremos.

Pois que, se é realidade que o Direito sempre tem procurado a Verdade, no seu sentido mais elevado, não é menos certo que somente teremos um novo Direito,

Sou adepto da Verdade, mas acho que a Verdade não deve ser lançada na cara de ninguém...

Evangelho de Chico Xavier

de acordo com os padrões que Jesus Cristo, o sublime Governador do nosso planeta, tem proposto, se for adotado explicitamente o Grande Princípio Geral do Amor.

Enquanto se aplicar as normas de Direito com incompreensão dessa grande regra, os resultados serão esses que conhecemos até hoje.

A propósito, e como esclarecimento que dispensa outros comentários, transcrevemos um trecho do livro de Weimar Muniz de Oliveira intitulado *O Apóstolo do Século XX - Chico Xavier*, quando, citando Carlos Baccelli, em *O Evangelho de Chico Xavier*, diz:

Sou adepto da Verdade, mas acho que a Verdade não deve ser lançada na cara de ninguém... Jesus silenciou diante de Pilatos. [...] Graças a Deus, nunca me prevaleci da Verdade para humilhar ninguém. A Verdade que esmaga está destituída de Amor. Deus não age assim...

Dessa forma, depois de muito procurar entender o que seria o Direito do futuro, pareceu-nos que ele se uma essência totalmente diferente, que faz com que se distingam as soluções definitivas daquelas outras que são meras aparências.

Entretanto, nesse caso, exigir-se-á que cada operador do Direito não seja apenas o bom pai de família do Direito Romano mas sim um servidor de todos, que é o requisito mais importante para se conhecer a Verdade e ser libertado por ela. E, nessa época, na certa, trabalharão juntos os operadores do Direito, os pais, legisladores, pedagogos, médicos e religiosos, com resultados surpreendentes.

*Luiz Guilherme Marques é Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Juiz de Fora-MG

Notícias dos ESTADOS

MINAS GERAIS ATIVIDADE QUE SE DESENVOLVE

“A gente sente o peso de uma atividade que está criando força. Sentimos a necessidade de nos reunirmos para a sustentação dos trabalhos”, disse o delegado da ABRAME em Minas Gerais, Roberto de Freitas Mesano. Os magistrados espíritas do Estado continuam com o grupo de trabalho quinzenal, às terças-feiras, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, no final do expediente, das 17h00 às 18h00.

JUIZ DE FORA

Representando a ABRAME, esteve em Juiz de Fora, no dia 19 de abril, ao ensejo do encerramento da Semana de Kardec, o colega Zalmino Zimmermann, que pronunciou palestra no auditório da Comunidade Espírita “A Casa do Caminho”, colméia extraordinária de trabalho espírita, que, além de atender a milhares de necessitados, semanalmente, mantém o Lar do Caminho com um primoroso atendimento às crianças, e o famoso Instituto Educacional Allan Kardec, responsável por um dos maiores índices de aprovação direta nos exames vestibulares, nas diversas Faculdades. Após a palestra, enriquecida com a apresentação do magnífico coral “Os Cantores do Caminho”, reuniu-se o nosso Presidente com os Colegas da região e com os Diretores da Casa, para tratar de temas atinentes à Magistratura e à Doutrina.

GOIÁS ESTUDO DO LIVRO DOS ESPÍRITOS

As reuniões acontecem no Lar de Jesus, às quinta-feiras, das 20h00 às 21h00, com assuntos bem palpitantes, debruçando sobre o *Livro dos Espíritos*. O delegado da ABRAME, em Goiás, Luiz Eduardo de Souza, relata que magistrados desencarnados de outros estados os animaram a levar o trabalho adiante que reúne cerca de 14 pessoas, em número crescente.

ESPÍRITO SANTO LEI DO ABORTO À LUZ DO ESPIRITISMO

A ABRAME do Espírito Santo, procurando divulgar suas preocupações em várias casas espíritas, participou da discussão sobre a *Lei do Aborto à Luz do Espiritismo* com a presença de promotores de Justiça, a Cruzada Espírita Militar e a AMES (Associação Médica Espírita) entre outros. Vale ressaltar a participação da AMES que forneceu interessante material sobre a *Comunicação Psicológica do Feto*. A Federação Espírita do Espírito Santo se colocou a disposição para a continuidade deste trabalho através da sua dirigente Dalva Silva.

SÃO PAULO ESTUDO DO LIVRO JUSTIÇA DIVINA

Os membros da ABRAME de São Paulo estão se reunindo mensalmente na sede da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), das 9h45 às 11h30, seguindo-se de almoço. A partir deste ano começou o estudo do livro “Justiça Divina”, de Emmanuel, psicografia de Francisco Candido Xavier. “Como esse novo formato de reunião, com preces e estudo doutrinário, sentimos que temos atingido um maior número de colegas interessados. Nosso maior desafio tem sido encontrar um dia comum em que seja possível congregar o maior número possível de filiados”, informou José Carlos de Lucca, delegado da ABRAME em São Paulo.

PERNAMBUCO SEMINÁRIO SOBRE PERÍSPIRITO

No dia 2 de junho próximo estará em Recife, em um seminário sobre O Perispírito, a realizar-se no anfiteatro da Universidade Federal de Pernambuco, Zalmino Zimmermann. Na oportunidade, o Presidente da ABRAME, acompanhado por nossos Colegas de Recife, cumprirá um programa de entrevistas na televisão e no rádio, em tarefa de divulgação de nossa Instituição. Os magistrados espíritas do Estado mantêm reuniões mensais, às segundas-feiras, pela manhã, na Vara da Criança e do Adolescente, com uma média de 15 pessoas coordenadas pelo Des. Luiz Carlos Freitas Medeiros.

RIO DE JANEIRO APROFUNDANDO ESTUDOS

Sob a coordenação do confrade Des. Ely Barbosa, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, reúnem-se periodicamente os companheiros da ABRAME, aprofundando estudos sobre a nossa Doutrina.

FEERJ - O LIVRO DOS ESPÍRITOS

No dia 18 de abril, em Sessão Magna, comemorativa ao surgimento de “O Livro dos Espíritos”, promovida pela FEERJ – Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da ABRAME, em que estiveram representados o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Federação Espírita Brasileira, nosso Presidente, Zalmino Zimmermann, pronunciou uma palestra sobre “O Aborto e o Direito à Reencarnação”, questão que, por sua maiúscula importância, tem merecido especial atenção de todos os integrantes de nossa Instituição.

DISTRITO FEDERAL FILME REÚNE 63 PESSOAS

Os magistrados espíritas do Distrito Federal, reunidos na sede da AMAGIS/DF, assistiram uma sessão do filme “Sonhos de Ontem” que trata sobre a reencarnação. Logo em seguida, houve um jantar de adesão, com a participação de 63 pessoas, inclusive do então Presidente do STJ, Min. Paulo Costa Leite, e do Ministro Moura França, do TST. Os membros da ABRAME no Distrito Federal decidiram adotar a instituição FALE – Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista, com ajuda em doações em dinheiro, bens e alimentos além de assistência espiritual. A FALE cuida de pessoas aidéticas. Eles se reúnem na última quinta-feira do mês, na Federação Espírita do Distrito Federal, às 19h00.

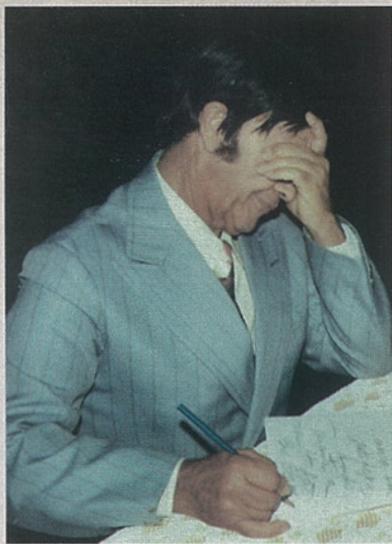
fotos: Vicente Bonfim



Diretores e Delegados da ABRAME reuniram-se em Brasília, em 6 de abril de 2002, na FEDF.

O almoço dos participantes assinalou bem o clima fraterno reinante





Aborto criminoso

Se gloriosa e sagrada é a missão da maternidade, graves são as responsabilidades e tristes as conseqüências espirituais de quem se descuida de seu papel de coadjuvante do Criador, na construção e sustentação da vida

Lição preciosa encontra-se na obra notável do Espírito ANDRÉ LUIZ, psicografada por Francisco Cândido Xavier:

“— Reconhecendo-se que os crimes do aborto provocado criminosamente surgem, em esmagadora maioria, nas classes mais responsáveis da comunidade terrestre, como identificar o trabalho expiatório que lhes diz respeito, se passam quase totalmente despercebidos da justiça humana?”

— Temos no Plano Terrestre cada povo com o seu código penal apropriado à evolução em que se encontra; mas, considerando o Universo em sua totalidade como o Reino Divino, vamos encontrar o Bem do Criador para todas as criaturas, como Lei Básica, cujas transgressões deliberadas são corrigidas no próprio infrator, com o objetivo natural de conseguir-se, em cada círculo de trabalho no Campo Cósmico, o máximo de equilíbrio com o respeito máximo aos direitos alheios, dentro da mínima quota de pena.

Atendendo-se, no entanto, a que a Justiça Perfeita se eleva, indefectível, sobre o Perfeito Amor, no hausto de Deus “em que nos movemos e existimos”, toda reparação, perante a Lei Básica a que nos reportamos, se realiza em termos de vida eterna e não segundo a vida fragmentária que conhecemos na encarnação humana, porquanto, uma existência pode estar repleta de acertos e desacertos, méritos e deméritos e a Misericórdia do Senhor preceitua, não que o delinqüente seja flagelado, com extensão indiscriminada de dor expiatória, o que seria volúpia de castigar nos tribunais do destino, invariavelmente regidos pela Equidade Soberana, mas sim que o mal seja suprimido de suas vítimas, com a possível redução do sofrimento.

Desse modo, segundo o princípio universal do Direito Cósmico a expressar-se, claro, no ensinamento de Jesus que man-

da conferir “a cada um de acordo com as próprias obras”, arquivamos em nós as raízes do mal que acalentamos para extirpá-las à custa do esforço próprio, em companhia daqueles que se nos afinem à faixa de culpa, com os quais, perante a Justiça Eterna, os nossos débitos jazem associados.

À face de semelhantes fundamentos, certa romagem na carne, entremeada de créditos e dívidas, pode terminar com aparências de regularidade irrepreensível para a alma que desencarna, sob o apreço dos que lhe comungam a experiência, seguindo-se de outra em que essa mesma criatura assuma a empreitada do resgate próprio, suportando nos ombros as conseqüências das culpas contraídas diante de Deus e de si mesma, a fim de reabilitar-se ante a Harmonia Divina, caminhando, assim, transitivamente, ao lado de Espíritos incursos em regeneração da mesma espécie.

É dessa forma que a mulher e o homem, acumpliciados nas ocorrências do aborto delituoso, mas principalmente a mulher, cujo grau de responsabilidade nas faltas dessa natureza é muito maior, à frente da vida que ela prometeu honrar com nobreza, na

maternidade sublime, desajustam as energias psicossomáticas, com mais penetrante desequilíbrio do centro genésico, implantando nos tecidos da própria alma a sementeira de males que frutescerão, mais tarde, em regime de produção a tempo certo.

Isso ocorre não somente porque o remorso se lhes entranhe no ser, à feição de víbora magnética, mas também porque assimilam, inevitavelmente, as vibrações de angústia e desespero e, por vezes, de revolta e vingança dos Espíritos que

a Lei lhes reservara para filhos do próprio sangue, na obra de restauração do destino.

No homem, o resultado dessas ações aparece, quase sempre, em existência imediata àquela na qual se envolveu em compromissos desse jaez, na forma de moléstias testiculares, disendocrinias diversas, distúrbios mentais, com evidente obsessão por parte de forças invisíveis emanadas de entidades retardatárias que ainda encontram di-



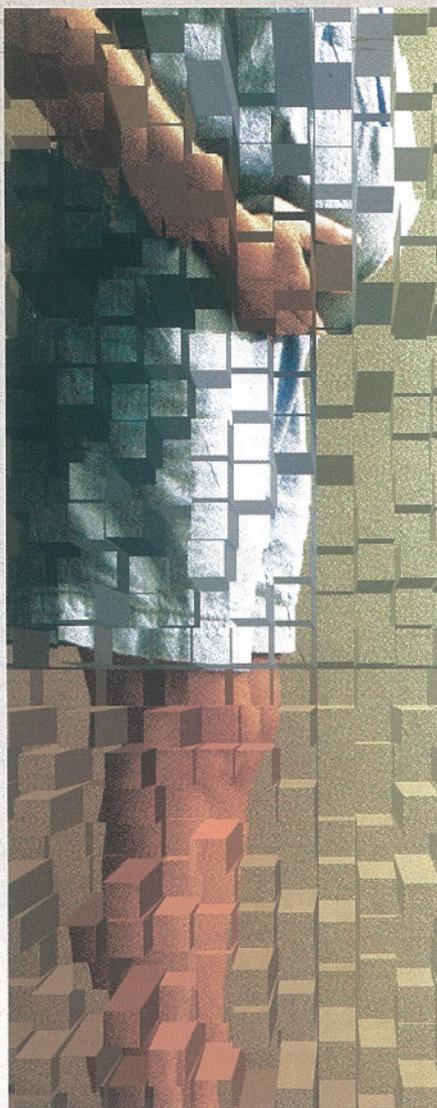
O direito de reencarnar

ficuldade para exculpar-lhes a deserção.

Nas mulheres, as derivações surgem extremamente mais graves. O aborto provocado, sem necessidade terapêutica, revela-se matematicamente seguido por choques traumáticos no corpo espiritual, tantas vezes quantas se repetir o delito de lesa-maternidade, mergulhando as mulheres que o perpetraram em angústias indefiníveis, além da morte, de vez que, por mais extensas se lhes façam as gratificações e os obséquios dos Espíritos Amigos e Benfeitores que lhes recordam as qualidades elogiáveis, mais se sentem diminuídas moralmente em si mesmas, com o centro genésico desordenado e infeliz, assim como alguém indebitamente admitido num festim brilhante, carregando uma chaga que a todo instante se denuncia.

Dessarte, ressurgem na vida física, externando gradativamente, na tessitura celular de que se revestem, a disfunção que podemos nomear como sendo a miopraxia do centro genésico atonizado, padecendo, logo que reconduzidas ao curso da maternidade terrestre, as toxemias da gestação. Dilapidado o equilíbrio do centro referido, as células ciliadas, mucíparas e intercalares não dispõem da força precisa na mucosa tubária para a condução do óvulo na trajetória endossalpingeana, nem para alimentá-lo no impulso da migração por deficiência hormonal do ovário, determinando não apenas os fenômenos da prenhez ectópica ou localização heterotópica do ovo, mas também certos síndromes hemorrágicos de suma importância, decorrentes da nidação do ovo fora do endométrio ortotópico, ainda mesmo quando já esteja acomodado na concha uterina, trazendo habitualmente os embaraços da placenta baixa ou a placenta prévia hemorrágica que constituem, na parturição, verdadeiro suplício para as mulheres portadoras do órgão germinal em desajuste.

Enquadradas na arritmia do centro genésico, outras alterações orgânicas aparecem, flagelando a vida feminina, como sejam o descolamento da placenta eutópica, por hiperatividade histolítica da vilosidade corial; a hipocinesia uterina, favorecendo a germicultura do estreptococo ou do gonococo, depois das crises endométricas puerperais; a salpingite tuberculosa; a degeneração cística do cório; a salpingooforite, em que o edema e o exsudato fibrinoso provocam a aderência das pregas da mucosa tubária, preparando campo propício às grandes inflamações anxiais, em que o ovário e a trompa experimentam a formação de tumores purulentos que os identificam no mesmo processo de desagregação; os síndromes circulatórios da gravidez aparentemente normal, quando a mulher, no pretérito, viciou também o centro cardíaco, em consequência do aborto calculado e seguido por disritmia das forças psicossomáticas que regulam o eixo elétrico do coração, ressentindo-se, como resultado, na nova encarnação e em pleno surto de gravidez, da miopraxia do aparelho cardiovascular, com.



aumento da carga plasmática na corrente sanguínea, por deficiência no orçamento hormonal, daí resultando graves problemas da cardiopatia consequente.

Temos ainda a considerar que a mulher sintonizada com os deveres da maternidade na primeira ou, às vezes, até na segunda gestação, quando descamba para o aborto criminoso, na geração dos filhos posteriores, inocula automaticamente no centro genésico e no centro esplênico do corpo espiritual as causas sutis de desequilíbrio recôndito, a se lhe evidenciarem na existência próxima pela vasta acumulação do antígeno que lhe imporá as divergências sanguíneas com que asfixia, gradativamente, através da hemólise, o rebento de amor que alberga carinhosamente no próprio seio, a partir da segunda ou terceira gestação, porque as enfermidades do corpo humano, como reflexos das depressões profundas da alma, ocorrem dentro de justos períodos etários.

Além dos sintomas que abordamos em sintética digressão na etiopatogenia das moléstias do órgão genital da mulher, surpreenderemos largo capítulo a ponderar no campo nervoso, à face da hiperexcitação do centro cerebral, com inquietantes mo-

dificações da personalidade, a raiarem, muitas vezes, no martírologio da obsessão, devendo-se ainda salientar o caráter doloroso dos efeitos espirituais do aborto criminoso, para os ginecologistas e obstetras delinquentes.”

“— Para melhorar a própria situação, que deve fazer a mulher que se reconhece, na atualidade, com dívidas no aborto provocado, antecipando-se, desde agora, no trabalho da sua própria melhoria moral, antes que a próxima existência lhe imponha as aflições regenerativas?

— Sabemos que é possível renovar o destino todos os dias.

Quem ontem abandonou os próprios filhos pode hoje afeiçoar-se aos filhos alheios, necessitados de carinho e abnegação.

O próprio Evangelho do Senhor, na palavra do Apóstolo Pedro, adverte-nos quanto à necessidade de cultivarmos ardente caridade uns para com os outros, porque a caridade cobre a multidão de nossos males. (12)”

Pedro Leopoldo, 8/6/58.

Trechos do discurso do Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, por ocasião da posse de Juizes do TJDF, em 9 de março de 2001



A Missão do Juiz

“Consciente de seus conhecimentos técnicos — que não eram muitos, mas eram presumidamente suficientes — e de uma boa biblioteca, o recém-empossado juiz, supõe estar munido dos atributos necessários para desempenhar suas funções. Grande engano! A lição estava por vir”

Há mais de duas décadas, um juiz, com o espírito em júbilo pela magnífica vitória no concurso da magistratura do Distrito Federal, considerado um dos mais árdios do Brasil, recebeu, como presente de posse, portaria de designação para uma das varas desta Capital com a recomendação de assumir imediatamente.

Consciente de seus conhecimentos técnicos — que não eram muitos, mas eram presumidamente suficientes — e de uma boa biblioteca, supôs estar munido dos atributos necessários para desempenhar suas funções.

Grande engano! A lição estava por vir.

Algum tempo depois vem-lhe à mesa, com uma tarja de urgência na capa, um pedido sob jurisdição voluntária cujo conteúdo iria provocar-lhe a revisão completa de todos os conceitos que até então formulara sobre a magistratura.

Tratava-se de um pedido de suprimimento de consentimento de um dos genitores que se recusou a autorizar uma cirurgia na filha de um ano de idade, padecente de grave anomalia cardíaca.

O feito estava instruído com dois laudos médicos detalhados, elaborados por hospitais especializados, e com perícia judicial, todos indicando de maneira categórica que a cirurgia no coração da pe-

quena infante era indispensável, mas representava entre 95 e 97 por cento de probabilidade de óbito, durante seu transcurso, ou logo após.

Os genitores dissentiram de maneira radical sobre tal intervenção — o que é perfeitamente compreensível e aceitável — resultando no pedido de suprimimento de consentimento do recusante.

Não posso descrever a emoção e a própria tristeza d’alma do juiz — porque

sentença final de algumas laudas mas que se pode resumir numa curta máxima emprestada do Oriente: ‘O Homem põe e Alá dispõe’.

O alvará foi concedido, a operação da criança, cirurgia complexa e com quase nove horas de duração, deu-se incontinenti, e os desígnios do Criador foram realizados. A criança salvou-se, para alegria e surpresa de todos, conforme Deus quis!



“existem, sim, homens que são maiores que os cargos que ocupam; mas jamais existirá alguém maior do que o cargo exercido por aquele que julga seus semelhantes.”

indescritíveis — quando exauriu todas as tentativas suasórias

junto aos genitores e advogados para obtenção de um consenso, durante longas horas que se prolongaram noite adentro; quando exaustou inutilmente em buscas infundáveis, já alta madrugada, os clássicos da Doutrina e os repertórios de Jurisprudência. Não existia nenhum manual para solução daquela controvérsia.

Foi a reflexão serena, cristã, pura de espírito, que trouxe a lume, com a paz das coisas merencórias naturais, a

O juiz, este que aqui transmite sua experiência, teve então o cenário da verdadeira dimensão da magistratura, e isto, curiosamente, num procedimento que o código define como de lide inexistente!

Por isso repetimos: existem, sim, homens que são maiores que os cargos que ocupam; mas jamais existirá alguém maior do que o cargo exercido por aquele que julga seus semelhantes. A judicatura é algo indefinível e que estranhamente se alimenta do próprio trabalho sacrificante.”

O Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, do TJDF, repassa alguns conselhos práticos, resultantes de proveitosas e pacientes conversas pessoais com saudosos magistrados*. São quase paternais e servem de roteiro luminoso a todos os Juízes.

Julgar é sobretudo utilizar o bom senso. Os erros ou equívocos que os senhores cometerem têm conserto nas instâncias superiores. Serão irremediáveis, porém, se assinarem, indevidamente, alvará de levantamento de dinheiro, pois este, depois que sai, não volta mais”.

Zelem ciosamente pela sua reputação na vida pública e na vida privada. Os senhores não são representantes do Poder Judiciário, são o próprio Poder Judiciário. O juiz é a justiça andando, como já se observou”.

Conduzam-se de modo austero e Cordenado, fora do estrépito da publicidade e da evidência social, que expõem, e consomem o tempo em recreios improdutivos. Sejam pontuais nas audiências”.

Não devam nada a ninguém, a não ser em transações limpas e transparentes com instituições reconhecidas. Não comprem nada com o dinheiro que não ganharam. Na ordem econômico-financeira está a base da tranqüilidade do lar”.

Recusem dádivas e presentes valiosos, convites para visitas, excursões ou encontros à custa de outrem, quase sempre empresas com interesses na Justiça. Ao juiz importa evitar situações equívocas, pasto da maledicência viperina”.

Sejam humildes. A magistratura é carreira vulnerável ao exercício da arrogância. Nunca levantem a voz, não gritem. Não andem armados nem alardeiem assomos de valentia. Tenham o senso da medida nas palavras e nos atos. Falem claro e sem hesitações. É lamentável a figura do magistrado fraco ou hesitante. Não tomem conhecimento de ameaças ou pressões. A coragem do juiz não é a do marginal, do homem-zoológico, mas a do apóstolo”.

Não cometam a leviandade do pré-julgamento. Zelem também pelo apodítico princípio da reta imparcialidade, sem o qual a Justiça se desfigura em triste ironia. Não se sentindo em condições, jurar suspeição e passar a espécie ao substituto legal”.

Na magistratura os maiores atributos são a honra e a dignidade; em seguida, a sensação do dever cumprido, depois vem a cultura. A vida profissional do juiz deve ser uma página de infinita alvura. Aprestem-se também em entregar a jurisdição solicitada com a brevidade possível. Justiça tardia é um antolho execrável que milita contra a Ordem Jurídica”.

Mantenham com os Advogados e Membros do Ministério Público relações de respeito e urbanidade. Nunca cerrem a porta de seus gabinetes aos advogados pois ali é a terra onde medram as teses que semeiam; valorizem o Ministério Público e colham os adminículos valiosos de seus pareceres”.

Centrem-se no sistema legal que vige entre nós. O juiz não é juiz da lei, e sim juiz segundo a lei. Se convencidos da inconstitucionalidade de uma lei reflitam demoradamente antes de assim proclamarem, pois isso é uma exceção às regras do sistema, não a regra do sistema. Não prodigalizem liminares ou antecipações de tutela; na composição regular do processo e observância do contraditório perfeito está uma das garantias da correta aplicação da lei. Aplicar a lei é, no dizer de Sá Pereira, como andar à noite numa floresta negra. O intérprete é aquele que segura uma linha tênue e preta. Se dela se apartar por um átimo de segundo, provavelmente não mais a encontrará. E uma vez fora da lei não se sabe onde parar. Unger, famoso juiz e professor alemão, dizia a seus discípulos no Curso da Magistratura: “Ao se me apresentar um caso em juízo tiro primeira e imediatamente uma conclusão pessoal e provisória. Depois vou verificar se aquela conclusão está conforme a vontade da lei. Se estiver, felicito-me e a lanço nos autos; se não, cedo minhas convicções espontâneas de jurista ao pensamento externado na lei.”

Tenham presente, finalmente, que o juiz será sempre o derradeiro Abencerrage, o último baluarte para recompor a ética das células sociais. Cada sentença não é apenas a solução contingencial de um conflito; é um indicativo de um correio proceder. É isto que o Tribunal de Justiça espera dos Senhores”.

*Desembargadores Leal Fagundes, então Presidente da Corte, e José Fernandes de Andrade.

Penas de morte

Autores de todo o mundo são unânimes em admitir que a aplicação da pena de morte, efetivamente, não reduz o índice de criminalidade, “um dos motivos pelos quais, 16 Estados americanos reexaminam a aplicação da penalidade, que custa ao país 2,5 milhões de dólares por execução!*

No livro “Cartas e Crônicas”, ditado a Francisco Cândido Xavier pelo Espírito Irmão X, consta, no Cap. 21, importante lição sobre a pena de morte:

“Indaga você como apreciam os desencarnados a instituição da pena de morte, e acrescenta:

- não será justo subtrair o corpo ao espírito que se fez criminoso?

- será lícito permitir a comunhão de um tarado com as pessoas normais?

E daqui poderíamos argumentar:

- quem de nós terá usado o corpo como devia? quem terá atingido a estatura espiritual da verdadeira humanidade para considerar-se em plenitude de equilíbrio?

A execução de uma sentença de morte, na maioria dos casos, é a libertação prematura da alma que se arrojou ao despenhadeiro da sombra. E sabemos que só a pena de viver na carne é suscetível de realizar a recuperação daqueles que se fizeram réus confessos diante dos tribunais humanos.

Não vale afugentar moscas sem curar a ferida.

Eliminar a carne não é modificar o espírito.

Um assassinado, quando não possui energia suficiente para desculpar a ofensa e esquecê-la, habitualmente passa a gravitar em torno daquele que lhe arrancou a vida, criando os fenômenos comuns da obsessão; e a vítimas da força ou do fuzilamento, do machado ou da cadeira elétrica, se não constituem padrões de heroísmo e renúncia, de imediato, além-túmulo, vampirizam o organismo social que lhes impôs o afastamento do veículo físico, transformando-se em quistos vivos de fermentação da discórdia e da indisciplina.

O tribunal terrestre jamais decidirá, com segurança, sobre a extinção do crime, sem o concurso ativo do hospital e da escola.

Sem o professor e sem o médico, o juiz de

sã consciência viverá sempre atormentado pela obrigação de prender e condenar, descedendo da dignidade da toga para ombrear com os que se dedicam à flagelação alheia.

A função da justiça penal, dentro da civilização considerada cristã, é, acima de tudo, reeducar.

Sem o entendimento fraterno na base de nossas relações uns com os outros, não

A função da justiça penal, dentro da civilização considerada cristã, é, acima de tudo, reeducar

nos distanciaremos do labirinto de talião, que pretende converter o mundo em eterno sorvedouro de males renascentes.

Jesus, o divino libertador, veio quebrar as algemas que nos jungiam aos princípios do castigo igual à culpa.

A educação é a mola do processo de redimir a mente cristalizada nas trevas.

Organizar a penitenciária renovadora, onde o ser viço e o livro encontrem aplicação adequada, é a solução para o escuro problema da criminalidade, entre os homens, mesmo porque o melhor desforço da sociedade, contra o delinqüente, é deixá-lo viver, na reparação das próprias faltas.

Cada espírito respira no céu ou no inferno que formou para si mesmo...

Aqui, temos o “campo dos efeitos”, e aí,

(Nova York) e advogado criminalista aposentado, disse que os resultados revelaram que o sistema judiciário deve ser revisto.

O estudo teve como objeto casos de todo o país que tiveram a pena de morte como sentença, de 1973 a 1995. Ele mostra que 68% das penas são anuladas. Isso ocorre tanto por incompetência dos advogados da defesa quanto por erros na condução das investigações policiais ou ainda por conta de juizes que influenciam o júri.

Em seu tempo, o ex-presidente Bill Clin-

ton chegou até a pensar na possibilidade de decretar uma moratória federal da pena de morte, depois que o governador de Illinois, George Ryan, o fez.

Ryan justificou sua decisão de suspender execuções em seu Estado em razão da “vergonhosa série de condenações à morte de inocentes”. Isso o convenceu da “impossibilidade de continuar defendendo um sistema cuja aplicação é deficiente”.

Ninguém, pois, precisará inquietar-se, provocando essa ou aquela reivindicação pela violência.

A lei da harmonia universal funciona em todos os planos da vida, encarregando-se de tudo restaurar no momento oportuno.

Quanto ao ato de condenar, quem de nós se revelará em condições de exercer semelhante direito?

Quanto de nós não somos malfeitores indiscutíveis, simplesmente por não encontrar a presa, no instante preciso da tentação? Quanto delitos teremos perpetrado em pensamento?

Só a educação, alicerçada no amor, redimir-nos-á a multimilenária noite da ignorância.

Se você demonstra interesse tão grande na regeneração dos costumes, defendendo com tamanho entusiasmo a suposta legalidade da pena de morte, vasculhe o próprio coração e a própria consciência e verifique se está isento de faltas. Se você já superou os óbices da animalidade, adquirindo a grande compreensão a preço de sacrifício, estimaria saber se terá realmente coragem para amaldiçoar os pecadores do mundo, atirando-lhes a “primeira pedra”.

(XAVIER, Francisco Cândido - Espírito Irmão X. “Cartas e Crônicas”. 8. ed., FEB, 1991, pp. 93 a 95, Cap. 21).

*Boletim SEI, 19.01.02

ton chegou até a pensar na possibilidade de decretar uma moratória federal da pena de morte, depois que o governador de Illinois, George Ryan, o fez.

Ryan justificou sua decisão de suspender execuções em seu Estado em razão da “vergonhosa série de condenações à morte de inocentes”. Isso o convenceu da “impossibilidade de continuar defendendo um sistema cuja aplicação é deficiente”.

(Folha de São Paulo 03/02/2001)

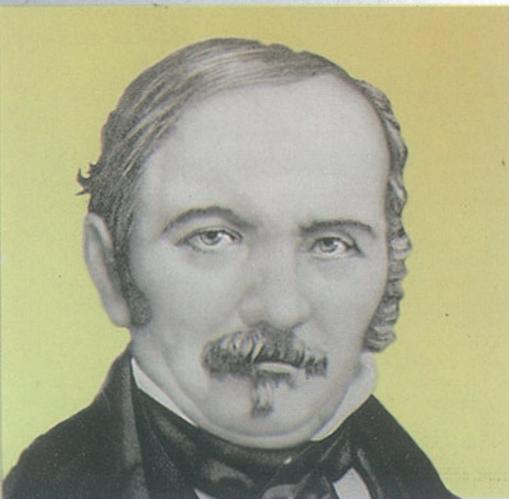
Pesquisa indica erro em 68% das penas de morte

Mais de dois terços das condenações à morte são comutadas nos EUA, quando julgadas por uma instância superior, segundo o maior estudo já feito sobre a pena de morte nos EUA, realizado no ano passado.

O autor do estudo, James Liebman, professor de direito da Universidade Columbia

Os magistrados e a Doutrina Espírita

Na Revista Espírita de 1866, vamos encontrar um testemunho relevante para o nosso trabalho. Allan Kardec enaltecia o fato de um importante magistrado francês ter aderido, publicamente, ao Espiritismo. Tratava-se do Juiz Jaubert Bonnamy, Vice-Presidente do Tribunal de Carcassone



KARDEC DISSE :

“O Espiritismo conta em suas fileiras vários magistrados, como temos dito diversas vezes, não só na França, como na Itália, Espanha, Bélgica, Alemanha e na maioria dos países estrangeiros. A maior parte dos detratores da doutrina, que julgam ter o privilégio do bom-senso e tratam como insensatos os que não partilham de seu ceticismo a respeito das coisas espirituais, não dizem sobrenaturais porque o Espiritismo não as admite, espantam-se que homens de inteligência e de valor, em sua opinião, caíam em semelhante erro. Os magistrados não são livres de ter sua opinião, sua fé, sua crença? Não há entre eles católicos, protestantes, livres-pensadores, franco-ma-

çons? Quem, pois, poderia incriminar os que são Espíritas? Não estamos mais nos tempos em que teriam demitido, talvez queimado, o juiz que tivesse ousado afirmar publicamente que a Terra gira.”

Prosseguindo no texto, cujo conteúdo deverá ser examinado por todos nós, Kardec ressalta a importância que a adesão dos magistrados significa para a divulgação da doutrina espírita. Kardec fala que a manifestação pública do Juiz Jaubert era um ato de coragem, do qual todos os Espíritas guardarão preciosa lembrança.

Pois bem, 140 anos após, os magistrados brasileiros repetem o gesto do Juiz

Jaubert e comparecem perante a sociedade para enaltecer o nome da doutrina dos espíritos. No plenário do Tribunal de Justiça de São Paulo, em fevereiro último, o nome do espiritismo foi oficialmente divulgado pelo cerimonial. Estava lá a ABRAME, presente na outorga do colar do mérito judiciário ao Min. Costa Leite. E tal como fez o Juiz Jaubert, sua Excelência o Min. Costa Leite declarou, publicamente, sua fé espírita, para surpresa de todos os presentes.

Penso que estamos no caminho certo.

— José Carlos de Lucca — Delegado Seccional da ABRAME em São Paulo.



Os magistrados brasileiros, 140 anos após, repetem o gesto do Juiz Jaubert e comparecem perante a sociedade, testemunhando a importância da Doutrina Espírita

Inaugurado o Site da ABRAME

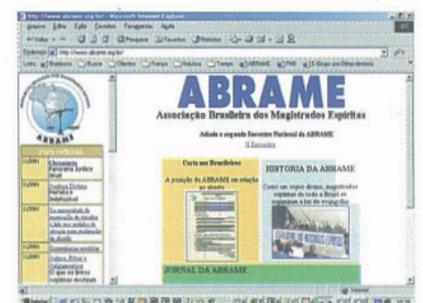
O site da ABRAME está disponível na Internet com o histórico da Associação, Carta aos Brasileiros e artigos, de conteúdo espírita, para reflexão, escritos pelos próprios associados cujos textos já foram publicados no **Jornal da ABRAME**.

Nele, será possível também se associar e estar a par dos principais acontecimentos da ABRAME. O espaço está aberto aos associados para colaboração com assuntos referentes à doutrina espírita e a Justiça.

O site está sob a responsabilidade do Juiz Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional Federal de

Brasília, para quem o associado poderá enviar sua contribuição com textos, fotos e informações através do e-mail jirair.miguerian@trf1.gov.br.

O **Jornal da ABRAME** também está disponível na íntegra através da tecnologia PDF, inclusive os números anteriores. Para visualizá-lo é preciso instalar o programa *Adobe Acrobat Reader* disponível, para download, gratuitamente, no próprio site.



www.abrame.org.br